



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

ANA KATARINA FERNANDES PAULINO

**PENSANDO SOBRE O LUGAR DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL  
E A PROPOSTA DE ESCOLAS SUSTENTÁVEIS EM UMA  
ESCOLA RURAL DE LAGOA SECA – PB**

CAMPINA GRANDE – PB

DEZEMBRO/ 2014

ANA KATARINA FERNANDES PAULINO

**PENSANDO SOBRE O LUGAR DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL E A PROPOSTA DE  
ESCOLAS SUSTENTÁVEIS EM UMA ESCOLA RURAL DE LAGOA SECA – PB**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a Universidade Estadual da Paraíba, como um dos pré-requisitos para obtenção do Grau de Licenciatura Plena em Pedagogia.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup> Dra. Maria Gorete Cavalcante Pequeno

CAMPINA GRANDE – PB

DEZEMBRO/ 2014

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

P328p Paulino, Ana Katarina Fernandes.  
Pensando sobre o lugar da educação ambiental e a proposta de escolas sustentáveis em uma escola rural de Lagoa Seca - PB [manuscrito] / Ana Katarina Fernandes Paulino. - 2014.  
33 p. : il. color.

Digitado.  
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2014.  
"Orientação: Profa. Dra. Maria Gorete Cavalcante Pequeno, Departamento de Educação".

1. Crise ambiental. 2. Educação ambiental. 3. Escolas sustentáveis. I. Título.

21. ed. CDD 372.357

ANA KATARINA FERNANDES PAULINO

PENSANDO SOBRE O LUGAR DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL E A PROPOSTA DE  
ESCOLAS SUSTENTÁVEIS EM UMA ESCOLA RURAL DE LAGOA SECA – PB

Artigo apresentado a Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial a  
obtenção do título de Licenciada em Pedagogia.

Aprovada em: 10/12/2014.

BANCA EXAMINADORA

  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>. Maria Gorete Cavalcante Pequeno (Orientadora)

Departamento de Educação - UEPB



Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>. Monica Maria Pereira da Silva

Departamento de Biologia - UEPB



Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>. Nelsania Batista da Silva

Departamento de Educação - UEPB

“Preocupar-se com o cotidiano é buscar de maneira mais evidente a construção de uma nova consciência, o que, só poderá acontecer mediante a educação que trabalha com a aprendizagem, com os processos, com o ressignificar dos saberes individuais e coletivos”. (RODRIGUES, 2008, p. 171).

# **PENSANDO SOBRE O LUGAR DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL E A PROPOSTA DE ESCOLAS SUSTENTÁVEIS EM UMA ESCOLA RURAL DE LAGOA SECA – PB**

Ana Katarina Fernandes Paulino

## **RESUMO**

No contexto da crise ambiental contemporânea a Educação Ambiental - EA vem sendo discutida nos diversos segmentos da sociedade. Como parte desse debate surge à proposta de escolas sustentáveis, um movimento que deve envolver toda a comunidade escolar e estabelecer diálogos entre o currículo, a gestão e o espaço físico. Este trabalho objetivou analisar o lugar da EA em uma escola rural do município de Lagoa Seca - PB, como forma de contribuir para o desenvolvimento de práticas sustentáveis. Foi desenvolvido no período de agosto a outubro de 2014, por meio de uma pesquisa qualitativa, nos moldes da pesquisa participante, envolvendo o gestor, três professoras e alguns alunos/as, por meio da observação participante, conversas informais e um questionário junto às professoras. Posteriormente realizaremos uma intervenção no sentido de promover a reflexão e o debate dos problemas identificados e a elaboração de um plano de ação. Tendo em vista a inexistência de ações ou projetos permanentes de EA, que envolvam a comunidade escolar, como propõe a Política Nacional dessa área, limitando-se apenas a algumas atividades pontuais vinculadas ao currículo. Dessa forma evidenciamos que o lugar da EA na escola é, ainda, muito incipiente e que é preciso situar a EA na realidade da escola, na identidade dos envolvidos e estarmos abertos a novas atitudes que nos permitam promover mudanças. A promoção da sustentabilidade no contexto escolar, envolvendo a gestão, o currículo e o espaço físico, pode promover mudanças no processo ensino e aprendizagem e proporcionar uma melhor qualidade de vida a comunidade.

**PALAVRAS CHAVE:** Crise Ambiental. Educação Ambiental. Escolas Sustentáveis.

## 1 INTRODUÇÃO

O agravamento da crise ambiental contemporânea tem suscitado a debate de temas relacionados ao meio ambiente nos diversos segmentos da sociedade uma vez que as consequências fazem parte do cotidiano e nos desafiam a buscar alternativas que possam contribuir para o seu enfrentamento.

Conforme Martinez (2006), a relação das sociedades humanas com a natureza tem sido hoje, alvo de preocupação em virtude da crescente demanda dos recursos naturais e das práticas insustentáveis de sua utilização. Essa milenar exploração orientada pelo sistema capitalista, cuja produção sem limites impulsiona a todo o momento o consumismo, tem sido apontada como causa dessa crise ambiental.

Essa crise não é apenas ecológica, mas sim um questionamento do pensamento e do entendimento que nos leva a questionar o conhecimento do mundo. A crise ambiental, nesse contexto, é considerada uma crise global, ao mesmo tempo em que é multidimensional e complexa, exigindo um saber ambiental que nos faça perceber que a natureza tem um limite (LEFF, 2003).

O enfrentamento dessa crise considerada global, multidimensional e complexa (LEFF, 2003; Loureiro, 2009) exige a promoção de uma Educação Ambiental – EA transformadora, no sentido posto por Freire (2005) e Loureiro (2009), que tem como meta a formação humana, na perspectiva crítica e interdisciplinar, que promova a “leitura de mundo” e nos mobilize para a ação no sentido de transformar essa realidade.

Nessa perspectiva a Educação Ambiental - EA vem se constituindo, no Brasil, enquanto política pública educacional, desde a década de 80, como um componente essencial e permanente da educação nacional, que deve compor os currículos de todos os níveis e modalidade da educação nacional, conforme a Constituição Federal de 1988, Art. 225 (BRASIL, 1988), a Política Nacional de Educação Ambiental – PNEA, Lei Federal 9.795/99 (BRASIL, 1999) e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental (BRASIL, 2012).

Como parte desse debate surge à proposta de Escolas Sustentáveis, um movimento que vai além de ações pontuais, uma vez que mobiliza todos os segmentos da comunidade escolar e estabelece diálogos entre o currículo, a gestão e o espaço físico. Visa manter uma relação

equilibrada com o ambiente e compensar os impactos com o desenvolvimento de tecnologias apropriadas a uma melhor qualidade de vida (BRASIL, 2013). É uma escola que educa, por meio do exemplo, influenciando alunos/as e a comunidade do entorno.

A escola como uma instituição provedora de conhecimentos científicos, a partir da vivência cotidiana dos indivíduos, estará promovendo experiências e provocando o pensamento crítico sobre os muitos modos possíveis de ser e estar no mundo. Possibilitando, assim, o debate e a reflexão sobre esses modos e o planejamento de ações desejadas para as mudanças necessárias.

No entanto essa dimensão ainda não é desenvolvida, na maioria das escolas, como uma prática permanente, contínua, interdisciplinar e/ou transversal, como propõem essas políticas. Na maioria das vezes é desenvolvida por meio de ações pontuais que não contemplam as necessidades do contexto, nem envolvem toda a comunidade escolar.

O nosso interesse por essa temática surgiu pela preocupação com a atual crise ambiental a partir do debate promovido durante o curso e mais especificamente no componente curricular Educação e Meio Ambiente, por perceber que a maioria das escolas, como provedoras de conhecimentos, ainda não efetivaram em seus currículos a temática ambiental. Como também não proporcionam a seus alunos, e demais membros da comunidade escolar, uma educação transformadora que possibilite uma formação crítica.

Nessa perspectiva, o objetivo deste trabalho foi analisar o lugar<sup>1</sup> da educação ambiental em uma escola rural do município de Lagoa Seca - PB, como forma de contribuir para o desenvolvimento de práticas sustentáveis nesse contexto.

---

<sup>1</sup> Pode ser entendido como o espaço percebido. A corrente Humanística percebe o lugar como uma porção do espaço em relação ao qual se desenvolvem afetos a partir da experiência individual ou grupos sociais.

## 2 EDUCAÇÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE NO CONTEXTO ESCOLAR

No Brasil, a educação ambiental vem se constituindo legalmente desde o início da década de 1980, com a Constituição Federal de 1988, Art. 228, Inciso VI, que estabeleceu a obrigatoriedade da educação ambiental em todos os níveis de ensino, além da conscientização pública para preservação do meio ambiente (BRASIL, 1988). Ainda segundo a Constituição “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado” e é dever do poder Público e da sociedade preservá-lo e/ou conservá-lo para as gerações presentes e para aquelas que virão.

A Política Nacional de Educação Ambiental - PNEA, (Lei 9.795/99) propõe para o âmbito das instituições educativas a Educação Ambiental, como um componente essencial e permanente da educação nacional, que deve estar articulada em todos os níveis, modalidades e áreas de ensino com a sustentabilidade, envolvendo os aspectos sociais, políticos, culturais, econômicos e éticos. Como também a construção de uma consciência em âmbito individual e coletivo, tendo como resultado o bem estar social (BRASIL, 1999).

Ainda segundo a PNEA, os princípios da educação ambiental devem estar voltados para a relação natureza e sociedade, visando à sustentabilidade e a garantia da permanência da vida da Terra. Tendo como objetivo o desenvolvimento da compreensão do meio ambiente em suas complexas relações (BRASIL, 1999).

Nesse sentido, na conjuntura da Educação Básica a Educação Ambiental não deve ser incluída como disciplina curricular, o que se pretende é estabelecê-la como uma prática contínua, interdisciplinar e/ou transversal como propõem os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1997) e as Diretrizes Nacionais. Dessa forma as escolas devem inserir a dimensão ambiental em seus currículos e nos Projetos Político Pedagógicos.

Em relação aos cursos superiores e de licenciatura – onde se inclui a Pedagogia - as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental (BRASIL, 2012), propõem a inclusão da EA como uma atividade curricular, disciplina ou projeto disciplinar, acrescentando nessa formação não apenas conteúdos, mas uma formação crítica que fortaleça uma postura ética, política e socioambiental, tendo como foco a sustentabilidade.

A sustentabilidade vem sendo discutida a partir da ideia de desenvolvimento sustentável<sup>2</sup>, propalada desde a década de 1980 e que hoje vem sendo questionada em virtude do reconhecimento da incompatibilidade entre desenvolvimento e conservação/preservação ambiental. Nesse sentido, entendemos que a proposta do Tratado de EA para as Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global<sup>3</sup> - que também visa o desenvolvimento econômico aliado a proteção ambiental – é mais coerente, uma vez que destaca a necessidade de educar os indivíduos para a promoção de “sociedades sustentáveis”, através de ações que contribuam para a formação humana e social.

Conforme esse Tratado, a educação deve ter como enfoque a relação natureza/ser humano/universo trabalhando de forma interdisciplinar, em um processo de aprendizagem permanente baseado no respeito a todas as formas de vida e na valorização das diferentes formas de conhecimento.

A perspectiva de educar para instituir sociedades sustentáveis visa fazer com que os indivíduos percebam que é possível suprir suas necessidades de produção e de consumo, sem comprometer as gerações futuras. Apenas um processo educativo contínuo a partir do debate sobre a realidade pode tornar os indivíduos críticos e comprometidos com uma melhor qualidade de vida e bem estar social.

Nesse sentido, a sustentabilidade é um tema que tem sido amplamente propalado nos diversos segmentos da sociedade, sem uma compreensão do seu significado. Para Lima (2003), a sustentabilidade é um campo discursivo, no qual várias forças disputam entre si um “discurso verdadeiro”, que envolve uma pluralidade de pontos de vista, em uma constante luta pelo discurso mais convincente. E apresenta duas matrizes interpretativas sobre essa proposta.

A primeira refere-se ao discurso pragmático como a verdade sobre o tema. Ela compreende a preocupação com o futuro, enfatizando a dimensão econômica e tecnológica de sustentabilidade, a partir da ideia que é possível o desenvolvimento sustentável, por meio da introdução de tecnologias limpas, do controle do crescimento populacional e do incentivo a produção e o consumo ecologicamente corretos/orientados. Nesse sentido, busca aliar o

---

<sup>2</sup> A ideia de desenvolvimento sustentável surgiu a partir do conceito de ecodesenvolvimento, proposto durante a Primeira Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, em Estocolmo, na Suécia, em 1972. E aparece de forma mais clara em 1992, durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro, como meta do documento resultante, a Agenda 21. No qual o conceito foi incorporado como um princípio orientador de ações.

<sup>3</sup> Esse Tratado também foi elaborado a partir dos debates da Rio/92, pelos Movimentos Sociais. A perspectiva de “sociedades sustentáveis” parece ser mais compatível com a concepção da Educação Ambiental crítica.

desenvolvimento econômico com a preservação ambiental por meio da utilização inteligente dos recursos naturais.

A segunda matriz, relacionada a concepção complexa e multidimensional de sustentabilidade (Lima 2003), integra, às demais dimensões, a dimensão individual e social, identifica-se com a democracia participativa e o poder que a sociedade civil organizada representa para a sua promoção.

Quanto ao papel do Estado nesse discurso da sustentabilidade, Lima (2003) também destaca duas tendências. A primeira suspeita da ação política estatal, e defende que o Estado deve ser subordinado a sociedade civil. E a segunda vê o Estado como indispensável no processo de transição para a sustentabilidade, principalmente em relação ao aspecto regulador – que envolve a legislação ambiental - e a implementação de políticas públicas.

Ainda segundo Lima (2003, p.107), a sustentabilidade pode ser compreendida como um discurso pragmático. Sendo assim, à medida que o debate acerca da sustentabilidade vai se tornando mais complexo e é difundido socialmente, o termo vai sendo apropriado por diferentes forças sociais que passam a lhe imprimir o significado que melhor expressa seus valores e interesses particulares. Um exemplo disso é a apropriação que o setor empresarial faz desse termo quando se apresenta como “empresa sustentável”.

Para Jacobi (2003), o conceito de sustentabilidade surge para enfrentar a “crise ecológica”. Isso implica a premissa que é preciso definir limites as possibilidades de desenvolvimento, a parti de um conjunto de iniciativas que levem em conta o individuo, em um processo educativo que promova o diálogo informado e reforce o sentimento de corresponsabilidade e construção de valores éticos e morais.

O movimento para um sociedade sustentável é permeado por uma restrita consciência da sociedade sobre o atual modelo de desenvolvimento. Por isso, para que a sustentabilidade ganhe uma maior proporção é necessário multiplicar práticas sociais baseadas na ampliação do acesso à informação (JACOBI, 2003). Ou seja, esse tema precisa ser amplamente difundido e debatido pelos meios de comunicação, instituições educacionais e movimentos sociais para assim promover o crescimento da consciência ambiental, bem como o questionamento acerca da responsabilidade do poder público na implementação de políticas destinadas a conservação/preservação ambiental.

Ainda segundo Jacobi (2003), há a necessidade de mais informações e inserção dessa temática nos conteúdos educativos. Esse pensamento do autor vai de encontro ao que propõe as Diretrizes Curriculares Nacionais para a EA (BRASIL, 2012), ao propor a garantia do acesso a informação que integre comunicação e uso de recursos tecnológicos no processo ensino e aprendizagem.

Nesse sentido, o atual contexto exige um processo de educação, articulado a perspectiva da sustentabilidade ambiental, que leve os indivíduos a compreender que a natureza tem um limite e que é possível suprir as necessidades causando menos impacto ao meio ambiente. Entretanto, se faz necessário o estudo e o debate acerca dessa proposta procurando analisar, de forma crítica, o que está posto e suas implicações para os indivíduos, para a sociedade como um todo e para o ambiente. Ou seja, precisamos nos perguntar sobre os significados que lhe são atribuídos e a quais interesses visa atender?

Precisamos, portanto, caminhar no sentido de buscar o equilíbrio entre crescimento econômico e o cuidado com o ambiente por meio de um amplo processo de mobilização e inserção da EA - na perspectiva crítica, humanista e transformadora – em todos os sistemas de ensino. Como afirma Freire (2005), apesar da educação sozinha não transformar a sociedade, sem ela a mudança não é possível.

O reconhecimento do papel transformador e emancipatório da Educação Ambiental tornam-se cada vez mais visível diante do atual contexto nacional e mundial em que a preocupação com as mudanças climáticas, a degradação da natureza, a redução da biodiversidade, os riscos socioambientais locais e global, as necessidades planetárias, evidenciam-se na prática social (BRASIL, 2012, p. 2).

A proposta de Escolas Sustentáveis, na realidade brasileira, surge com a aprovação, do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) – Escola Sustentável, no Dia Mundial do Meio Ambiente, (05/06/2013) pelo ministro da Educação, com o objetivo de garantir recursos financeiros para que as escolas desenvolvam ações voltadas para a sustentabilidade (BRASIL, 2013).

É uma proposta que visa envolver a gestão, o currículo e o espaço físico tendo como foco a melhoria da qualidade dos processos educativos e do ambiente da escola. Um processo que se constitui de forma contínua, democrática e participativa mobilizando todos os

segmentos da comunidade escolar, para o debate acerca da realidade da escola e sua relação com o contexto local e global, como mostra a Figura 01.

Figura 01 – Dimensões da Escola Sustentável



Fonte: <http://gpeaufmt.blogspot.com.br/p/escolas-sustentaveis.html>

Essa proposta atende ao que propõe a PNEA, quando diz que a EA envolve a promoção de processos pedagógicos, que devem contribuir para a construção de conhecimentos, práticas, atitudes e valores sociais voltados para sustentabilidade e melhoria da qualidade de vida (BRASIL, 1999).

E também as Diretrizes Curriculares Nacionais para a EA (Art. 14, inciso V) ao afirmar que a Educação Ambiental nas instituições de ensino deve contemplar “o estímulo à constituição de instituições de ensino como espaços educadores sustentáveis, integrando proposta curricular, gestão democrática, edificações, tornando-as referências de sustentabilidade socioambiental” (BRASIL, 2012, p. 5).

A perspectiva de Escolas Sustentáveis aparece ainda, no Plano Nacional sobre Mudanças Climáticas, o qual sugere a “implantação de espaços educadores sustentáveis com a

readequação de prédios escolares e universitários e da gestão, além da formação de professores e inserção da temática nos currículos e materiais didáticos” (BRASIL, 2008, p. 113). Como também no Decreto 7.083/2010, que institui o Programa Mais Educação<sup>4</sup> em seu, Art. 2º, Inciso V, estabelece o incentivo à criação de espaços educadores sustentáveis, bem como a formação de professores e inserção da temática da sustentabilidade, tanto no currículo, como no desenvolvimento de materiais didáticos (BRASIL, 2010).

Pensar a escola como um espaço sustentável é contribuir com a melhoria na qualidade na aprendizagem, uma vez que ela transforma em um ambiente inclusivo no qual se desenvolvem processos educativos permanentes, que envolvem a gestão, o currículo e o espaço físico. Em um processo de gestão participativa e democrática que envolve toda comunidade escolar.

Uma escola sustentável abarca todos os envolvidos nos processos educativos: gestão, professores/as, funcionários/as, alunos/as, pais e a comunidade do entorno. Nessa perspectiva promove um elo entre o currículo - o que está sendo ensinado e o que está sendo aprendido. A gestão - como a escola está organizada. E o espaço físico considerando a disponibilidade dos espaços para as atividades de estudo e lazer e a qualidade das instalações da escola. O Projeto Político-Pedagógico tem uma grande importância, nesse processo. Por meio dele são definidos os objetivos e metas do coletivo escolar, como também os meios e as formas para realizá-los?

O currículo proposto para a escola sustentável é em forma de espiral, uma vez que não se fecha e permanece sempre inacabado (TRAJBER e SATO, 2010). O esperado para a aprendizagem de alunos/as é o desenvolvimento de práticas, atitudes e habilidades que contemplem a sustentabilidade, podendo avançar em alguns aspectos e em outros recuar. Isso irá depender da forma de organização e mobilização que a escola adotar para envolver toda comunidade.

Um instrumento de gestão que tem visa promover a mobilização da comunidade escolar é a Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida - COM-VIDA (BRASIL, 2013). Ela é formada por representantes de todos os segmentos da comunidade escolar e tem a finalidade de instituir um espaço de diálogo entre a gestão, professores/as, funcionários/as, alunos/as,

---

<sup>4</sup> Esse Programa tem como finalidade contribuir na melhoria da aprendizagem por meio da ampliação do tempo de permanência de crianças, adolescentes e jovens matriculados em escolas públicas. O meio ambiente está entre as atividades ou “macrocampos” que prioriza.

país e a comunidade, com o objetivo de planejar e realizar ações voltadas para melhoria do ambiente escolar e da comunidade. O diálogo implica o pensar ético e a ação politicamente comprometida com o outro (FREIRE, 2005).

A COM-VIDA tem como base os Ciclos de Cultura de Paulo Freire, nela todos os indivíduos têm o direito de falar, expor suas ideias e pensamentos, como também apresentar experiências. É um espaço onde o diálogo é o principal elemento do processo educativo, visando a promoção da consciência crítica e a mobilização da comunidade. Ela tem o poder de se envolver nas decisões e na política da escola, como nas demais atividades e práticas que garantam o bem estar ambiental e coletivo. Ela ajuda a escola a planejar e implantar ações visando o futuro sustentável (BRASIL, 2013), e a atuação dos envolvidos, nesse coletivo, resulta no exercício da cidadania.

Por está tão presente na vida da criança a escola se apresenta como um espaço adequado para promover reflexões e diálogos acerca da sustentabilidade. Sensibilizando os alunos para a construção de atitudes e valores que contribuam para uma sociedade mais justa e igualitária.

A escola estará promovendo experiências e provocando o pensamento crítico sobre os muitos modos possíveis – existentes, os ecologicamente desejáveis e os não ecológicos – de habitar, viver e conviver no mundo desde uma perspectiva social e ambientalmente responsável (CARVALHO, 2013, p.121).

Essa perspectiva exige a promoção de uma Educação Ambiental transformadora, a qual, segundo Loureiro (2009), é desenvolvida com base na realidade - e se estabelece na forma do diálogo resultando em mudanças individuais e coletivas. Por vincular o processo educativo às ações humanas e a análise e reflexão sobre a realidade, na perspectiva da “leitura de mundo”, proposta por Freire (2005) a educação é um fenômeno que tem o poder de transformar.

A Educação Ambiental tem o poder de transformar os indivíduos, no sentido de formar cidadãos conscientes, preocupados em construir práticas sustentáveis, como nos apresenta Jacobi (2003), uma educação voltada para a cidadania possibilita a motivação e sensibilização dos indivíduos para atuarem cotidianamente no seu lugar de vivência.

Falar sobre educação ambiental no cotidiano escolar é iniciar uma discussão de como entendemos o cotidiano da escola. Considero cotidiano como espaço/tempo de produções/enredamento de saberes, fazeres, imaginação, sentidos e representações, onde/quando estabelecemos/participamos de uma rede de relações e de significados (TRISTÃO, 2004, p.48).

A proposta de Escolas Sustentáveis na perspectiva que apresentamos, nesse trabalho, precisa superar muitos desafios uma vez que exige um novo modo de pensar e fazer a escola. Esse modo engloba uma nova perspectiva de compreender e intervir no mundo, por meio do diálogo, e levar os envolvidos a perceberem a necessidade da mudança e a assumirem, coletivamente, suas responsabilidades nesse processo.

Como propõe Candau (2013), reinventar a escola é oferecer uma educação que seja capaz de formar sujeitos comprometidos com um projeto de vida e humanidade. A escola está convocada a ser um espaço de diálogo entre os diferentes tipos de saberes, situando-se no reconhecimento da dimensão histórica e social dos sujeitos e na construção da cidadania como prática social presente no cotidiano.

Em um sentido mais amplo, reinventar a escola significa romper com um padrão de educação baseado no pensamento único, na uniformização dos conteúdos e na forma estereotipada de transmitir conhecimento. Ou seja, é sair do tradicionalismo onde os sujeitos se definem como transmissor e receptor.

Dessa forma o grande desafio que se coloca para a EA, na sociedade contemporânea, é criar instrumentos articuladores e promotores de cidadania, como forma de repensar as relações dos seres humanos consigo mesmo, com os outros e com o ambiente de vivência. Nesse sentido ela deve ocorrer nos níveis formal e não formal, visando atender à população como um todo e estimular os indivíduos a assumirem a corresponsabilidade em relação aos problemas ambientais tanto a nível local quanto global.

A EA no contexto escolar, nessa perspectiva, precisa ir além de ações pontuais, e promover a compreensão da realidade e a adoção de posturas e atitudes de cuidado e respeito para consigo mesmo, com o outro e com o ambiente. Ou seja, materializa a Pedagogia do Cuidado<sup>5</sup> (PEQUENO, 2014), no cotidiano da escola. E por meio dela podemos vislumbrar a construção de sociedades sustentáveis que contribuam para a concretização do sonho de outro mundo possível.

---

<sup>5</sup> Atitude de cuidado preocupação, responsabilidade e envolvimento com o outro e com o meio ambiente.

### 3 METODOLOGIA

Este trabalho foi desenvolvido por meio de uma pesquisa qualitativa nos moldes da pesquisa exploratória, a qual conforme Gil (2008, p. 27), “são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato”. E envolve levantamento bibliográfico e documental, entrevista não padronizada e estudo de caso.

Os instrumentos utilizados para a produção dos dados foram a observação participante, por meio da qual observamos a forma de organização dos espaços/tempos e dialogamos com o gestor, as professoras e alguns alunos acerca da Educação Ambiental. E um questionário, junto às professoras na busca de compreender o lugar da Educação Ambiental e como ela é trabalhada na escola.

O lócus da pesquisa foi uma escola localizada na zona rural do município de Lagoa Seca – PB. Apesar de ser reconhecida como rural a comunidade tem características urbanas, por isso é também denominada povoado. A escola atende a um total de 180 alunos/as da Educação Infantil, Anos Iniciais do Ensino Fundamental I e Educação de Jovens e Adultos - EJA distribuídos nos turnos manhã, tarde e noite. No turno da manhã são atendidas as turmas de Educação Infantil e o 5º ano, à tarde as turmas de 1º, 2º e 4º anos e no noturno atende a EJA.

O quadro geral de funcionários é composto por 25 pessoas: diretor e vice-diretora, quatorze professores/as, uma secretaria, duas auxiliares de serviço gerais, três merendeiras e três vigilantes. O grupo de participantes da pesquisa foi formado por 04 pessoas: o diretor e três professoras que trabalham no turno da tarde. Durante a observação também dialogamos com alguns alunos/as.

Quanto à organização do espaço físico a escola tem cinco salas de aula, uma secretaria, quatro banheiros, um almoxarifado, uma cantina e uma sala de leitura. E não conta com espaços que favoreçam a convivência e a recreação das crianças. No horário do intervalo eles não têm um espaço adequado para brincar, restando apenas um corredor entre as salas de aula e um pequeno espaço na entrada da escola, como evidencia a Figura 02.

Figura 02 – Espaço da escola reservado para a brincadeira das crianças.



Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora, 2014.

A escolha dessa escola como campo de pesquisa, teve um significado profissional e afetivo, uma vez que nela estudamos o Ensino Fundamental I e como membro dessa comunidade, e quero dar um retorno e contribuir com a melhoria dos processos ensino e aprendizagem e da qualidade de vida da comunidade.

E por perceber o grande potencial da escola, por estar tão presente na vida da criança, se apresenta como espaço ideal para promover mudanças, nesse contexto, elas reproduzem em casa o que aprendem na escola.

A pesquisa foi desenvolvida, em duas etapas: na primeira realizamos a observação participante e conversas informais com o gestor, as professoras e alunos/as. Na segunda etapa solicitamos às professoras que respondessem um questionário.

## **4 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

### **4.1 - Perfil do/as participante/es**

Inicialmente procuramos saber quem eram os participantes da pesquisa, por meio do questionário, cuja sistematização, contribuiu para traçarmos o perfil destes, apresentado no Quadro I, a seguir.

Quadro I – Perfil do/as participante/es da pesquisa

<b>Identificação</b>	<b>Formação</b>	<b>Nível de atuação</b>	<b>Faixa etária (anos)</b>	<b>Tempo de serviço</b>	<b>Trabalha em outra escola</b>	<b>Situação funcional</b>
<b>Gestor</b>	Pedagogo com pós-graduação	Gestão	40-45	20 anos	Sim	Efetivo
<b>Professora A (PA)</b>	Pedagoga com pós-graduação	Anos iniciais do Ensino Fundamental	35-40	21 anos	Sim	Efetiva
<b>Professora B (PB)</b>	Estudante de Pedagogia	Anos iniciais do Ensino Fundamental	15-20	4 anos	Sim	Contrato
<b>Professora C (PC)</b>	Pedagoga com pós-graduação	Anos iniciais do Ensino Fundamental	45-50	21 anos	Não	Efetiva

Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

Conforme o quadro I o/as participante/es tem licenciatura em Pedagogia e a grande maioria com pós-graduação, a nível de especialização em educação, situação funcional efetiva. Quanto ao tempo de serviço no magistério, a maioria com mais de vinte anos, ou seja, já está em final de carreira. A professora C – que é mais jovem e inclusive está cursando Pedagogia não é efetiva. Como também a maioria trabalha em outra escola.

Essa realidade apresenta preocupação, visto que a maioria das professoras e o gestor, já estão próximos da aposentadoria, ou seja, nos próximos quatro ou cinco anos não farão mais parte do corpo docente dessa escola. E a professora mais jovem por não ser efetiva, a qualquer momento pode sair da escola. Como também a maioria trabalha o outro turno em outro local. Essa realidade não contribui para um processo contínuo e permanente de EA que requer tempo e dedicação. A ideia de um projeto contínuo pode ser interrompida por falta de professores que deem continuidade.

## 4.2 - O lugar da Educação Ambiental na escola

No intuito de entender o lugar da Educação Ambiental na escola procuramos estabelecer diálogos com o/as participante/es para saber se ela faz parte do currículo e como isso ocorre. A análise dos dados evidenciou que a educação ambiental não tem um lugar definido no currículo como determinam as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental (BRASIL, 2012).

Segundo o gestor, a Educação Ambiental faz parte do currículo de “forma superficial”. Durante o ano letivo a escola segue o planejamento anual elaborado pela Secretaria de Educação do Município, e conforme os conteúdos propostos, principalmente os da área de ciências, os professores “incluem as discursões acerca da educação ambiental”. Os projetos realizados pela escola são desenvolvidos em um curto espaço de tempo e envolvem temas como alimentação saudável e dengue.

Dessa forma, percebemos que a escola não tem um projeto que envolva a gestão, o currículo e o espaço físico e apresenta uma visão reducionista da Educação Ambiental limitada a área de Ciências Naturais. As Diretrizes Curriculares Nacionais para a EA (BRASIL, 2012), estabelecem que a Educação Ambiental deve ser inserida no currículo das escolas e desenvolvida de forma interdisciplinar. Nesse contexto, a escola não atende ao que propõe Loureiro (2009), acerca da promoção da Educação Ambiental por meio do diálogo e da análise crítica da realidade, no intuito de promover mudanças individuais e coletivas.

Segundo Loureiro (2009), a Educação Ambiental é fundamental no desenvolvimento do processo pedagógico, por se situar no projeto educativo do ser humano. A escola apresenta-se como um espaço propício a promoção de mudanças significativas na forma de ser e agir, resultando em indivíduos críticos e aptos para atuarem na sociedade.

Em relação ao lugar da educação ambiental no currículo da escola todas as professoras afirmaram que essa temática faz parte do currículo. Quando perguntamos como ocorre essa inserção elas indicaram:

*“Faz parte do currículo e ainda tem os temas transversais que trabalha o meio ambiente”* (PA).

*“Como assunto importante e necessário para o cotidiano e de extrema importância para o coletivo” (PB).*

*“No cotidiano integrado com outros conteúdos” (PC).*

A fala das professoras evidencia que elas reconhecem a necessidade e importância da Educação Ambiental no atual contexto e que ela já existe no currículo, inclusive destacam a proposta do Tema Transversal Meio Ambiente do PCN, como tema a ser integrado com outros conteúdos. Estando assim de acordo com o que propõe a Política Nacional e as Diretrizes Curriculares da EA.

Elas também afirmaram que trabalham a educação ambiental no cotidiano da sala de aula. Entretanto, quando solicitamos exemplos de atividades que desenvolveram, indicaram algumas ações pontuais como evidenciam as falas, a seguir:

*“Os projetos da dengue, saúde e meio ambiente” (PA).*

*“Conversas informativas. Escrita e leitura de textos sobre o assunto” (PB).*

*“Através de leituras de textos compartilhados com conversas dirigidas, debate, desenho, pintura livre, reciclagem e produção de textos dos temas trabalhados” (PC).*

Ao que parece não existem projetos ou ações contínuas que envolvam a participação de toda comunidade escolar. Uma vez que as ações indicadas pelas professoras divergem daquelas apresentadas pelo gestor. Conforme Lima (2011), o desafio dessa temática na escola está em entender a complexidade que envolve à questão ambiental numa perspectiva crítica e interdisciplinar. O que não é possível por meio de ações pontuais.

Conforme Lima (2011), o desafio da Educação Ambiental nas salas de aulas está nos modelos de educação vigentes, baseados ainda na Pedagogia Tecnicista e/ou Tradicional, na falta de material didático, ausência de formação de professores/as na área ambiental, além de confusão conceitual, atividades práticas e fundamentação teórica nessa área.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a EA estabelecem que as escolas precisam promover, por meio do seu currículo, ações pedagógicas que possibilitem aos educandos uma compreensão crítica, das dimensões éticas e políticas que permeiam as questões socioambientais (BRASIL, 2012). Ao promover a análise e reflexão acerca da atual crise

ambiental, a escola contribui para que alunos/as percebam os interesses individuais, coletivos, econômicos, políticos e sociais que estão envolvidos nessa questão.

A professora A (PA) diz que trabalha a Educação Ambiental através de projetos. No entanto, em conversa informal afirmou que trabalha de forma superficial, pois essa “temática deve ser aprofundada a partir do 4º ano”. Esse posicionamento mostra que a temática é pouco valorizada no cotidiano da escola e os conhecimentos não são abordados como propõe as Diretrizes Curriculares Nacionais para a EA, de forma transversal, interdisciplinar ou como conteúdo dos componentes existentes no currículo, considerando as idades, fases, etapas e especificidades de alunos/as. Como também a realidade na qual estão inseridos/as (BRASIL, 2012).

Nesse sentido, as salas de aula como ambientes onde “pretensiosamente se ensina e se aprende deveriam ser espaços de lidar com o conhecimento sistematizado, construir significados, reforçar, questionar e construir interesses sociais” (CANDAU, 2013, p. 52).

Percebemos, nesse contexto, um distanciamento entre o que propõe as Políticas, a autora e a realidade da escola, uma vez que a sala de aula não contribui para proporcionar a alunos/as um espaço propício à construção do conhecimento crítico. Um espaço onde todos devem ter direito a palavra, a expor suas ideias, práticas e experiências vividas no cotidiano, para com isso possibilitar a construção do conhecimento de forma coletiva e participativa.

Conforme Rodrigues (2008), a escola precisa questionar e refletir sobre como tem se constituído a prática da Educação Ambiental no cotidiano, para com isso tentar superar os aspectos conteudista típicos da educação tradicional. Para essa autora as metodologias utilizadas por professores/as geralmente são pouco criativas não e não apresentam uma relação direta com o cotidiano das crianças.

Nas conversas informais com alunos/as, percebemos que eles não têm clareza sobre o significado da temática. Isso foi evidente quando indagamos sobre a Educação Ambiental e uma aluna perguntou “o que é isso?” Apenas quando falamos sobre alguns temas relacionados à temática ela confirmou “minha professora trabalha isso mesmo”.

A resposta da aluna mostra que a temática aparece nas aulas, mas de forma descontextualizada do cotidiano da escola e do currículo. Diante disso Candau (2013) apresenta que os processos de aquisição, construção, reconstrução e desconstrução do

conhecimento enfrentam uma crise por estarem aparecendo dentro das salas de aulas de forma estereotipada. Durante as aulas não são levados em consideração os vários tipos de linguagens e pensamentos, os conteúdos são trabalhados de forma homogênea não apresentam nenhum sentido para alunos/as, ou até mesmo não apresentam um significado no seu dia a dia.

Essas concepções das professoras evidenciam a ausência de uma formação em Educação Ambiental que possibilite suporte teórico, para efetivar uma prática pedagógica coerente nessa área. Essa é uma realidade comum aos demais profissionais da educação, uma vez que a maioria dos cursos de formação não oferece suporte teórico necessário para atuação em EA. Como também parece não haver interesse, por parte da maioria das prefeituras em oferecer cursos de formação continuada nessa área.

Em relação ao ambiente físico da escola é muito limitado e indica a necessidade de uma reforma. Nele também não há indícios da presença da Educação Ambiental, por meio de cartazes, desenhos ou panfletos informativos que evidenciem o desenvolvimento da temática. Entre os principais problemas destacamos a inexistência de áreas verdes, como jardim e horta. As salas de aula são amplas, no entanto não tem ventilação em virtude da ausência de janelas e a cor das paredes torna o ambiente escuro. Como também falta espaço para recreação e convivência de alunos/as e o local reservado a alimentação não é adequado, pois se localiza em frente aos banheiros. As Figuras 03, 04, 05 e 06 mostram essa realidade.

Figuras 03 e 04 – Espaço reservado à alimentação de alunos/as.



Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora, 2014.



Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora, 2014.

Figura 05 - Sala de aula da escola



Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora, 2014.

Figura 06 – Área externa da escola reservada a recreação de alunos/as



Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora, 2014.

Quanto à gestão da água utilizada pela escola é canalizada, diretamente do sistema da CAGEPA<sup>6</sup> para uma caixa d'água. Quando falta ou está em período de racionamento a escola conta com uma cisterna que é abastecida por carro pipa. A alimentação escolar é fornecida pela Secretária de Educação, sob a orientação de uma nutricionista. As frutas, verduras e legumes são fornecidos por produtores da agricultura familiar.

Em relação a energia elétrica, utilizada na escola, parece haver um uso controlado, pois todas as lâmpadas são fluorescentes e, conforme o gestor, os eletrodomésticos, que são poucos (computadores, televisão, liquidificador, ventilador e som) são ligados apenas quando estão em uso. Apenas a geladeira é ligada constantemente.

A coleta dos resíduos sólidos é feita em baldes comuns que em seguida são coletados pelo carro coletor do município e levado para o lixão da cidade. Não percebemos nenhum tipo de separação entre o resíduo orgânico e os demais materiais, nem coletores específicos para isso.

A promoção da sustentabilidade no contexto escolar envolvendo a gestão, o currículo e o espaço físico, pode promover mudanças no processo ensino e aprendizagem e proporcionar

---

<sup>6</sup> Companhia de Água e Esgoto da Paraíba. Empresa que abastece o município.

uma melhor qualidade de vida da comunidade escolar. É possível pensar nessa mudança, com base no pensamento de Candau (2013), acerca da necessidade de “reinventar a escola” e de Pequeno (2013), por meio da efetivação da “Pedagogia do Cuidado” como uma prática social cotidiana.

## **5 CONSIDERAÇÕES**

No âmbito da crise ambiental contemporânea a Educação Ambiental ainda não tem um espaço definido no contexto da Educação Básica, pois percebemos a necessidade dessa dimensão encontrar um lugar, dentro da escola, que envolva a gestão, o currículo e o espaço físico.

Percebemos que o lugar da Educação Ambiental na escola é ainda muito incipiente, estando limitada a algumas discussões pontuais que envolvem apenas o currículo e não existem ações ou projetos permanentes que envolva toda a comunidade escolar, como propõem as políticas dessa área.

Nesse contexto alguns desafios se apresentam para que possamos tornar a escola um espaço sustentável. O principal deles é repensar o lugar da Educação Ambiental no currículo, o que remete a necessidade da formação de professores/as nessa área, seja inicial ou continuada.

A formação inicial de todas as áreas precisa atender ao que dispõe a Política Nacional e as Diretrizes Curriculares da Educação Ambiental no sentido de contemplar a dimensão ambiental nos seus currículos. E os sistemas municipais e estaduais de ensino também precisam atender a essas políticas no sentido de contemplar a Educação Ambiental nos processos de formação continuada que desenvolvem.

Nesse sentido, se faz necessário repensar a atual forma de organização dos espaço/tempos da escola – que envolve, principalmente, a gestão e o currículo - para que professores/as sejam estimulados e tenham tempo para o estudo e a participação em projetos, cursos e encontros científicos. Ou seja, precisamos promover uma parceria entre esses sistemas de ensino e as universidades como instituições formadoras. Uma vez que esse trabalho aponta a necessidade de uma intervenção nessa escola que promova um processo de

formação continuada em Educação Ambiental a partir do envolvimento de toda a comunidade escolar.

Também é preciso repensa o papel da gestão e a organização do espaço físico para proporcionar a comunidade escolar um ambiente alegre, acolhedor e agradável que estimule alunos/as a querer estar nele.

Esses desafios podem ser superados se a vontade e o desejo pela mudança forem coletivos, entendendo o sonho no sentido posto por Candau (2013) como um projeto de vida pessoal e coletivo. Ou seja, a Educação Ambiental precisa se situar na realidade da escola e na identidade dos envolvidos. A comunidade escolar deve conceber e promover a mudança como forma de pensar em uma melhor condição de vida para todos/as que nela convivem e também para os futuros integrantes.

Assim, centrados na realidade e no sonho coletivo de construirmos uma escola sustentável encontraremos meios que nos permitam trilhar um caminho que alimente a esperança e nos conduza a novas formas de ser e conviver conosco mesmo, com os outros e com o ambiente, na perspectiva da Pedagogia do Cuidado.

## **ABSTRACT**

In the context of contemporary environmental crisis, the environmental education has been discussed in various segments of society. As part of this debate raises to the proposal for sustainable schools, a move that must involve the whole school community and establish dialogues between the curriculum, management and physical space. This work aimed to analyze the place of the environmental education in a rural school in the municipality of Lagoa Seca-PB, as a way of contributing to the development of sustainable practices. It was developed in the period of August to October 2014, through a qualitative research, along the lines of research participant, involving the officer, three teachers and some students, through participant observation, informal conversations and a questionnaire to the teachers. Later, we will perform an intervention to promote reflection and debate of the problems identified and elaborate an action plan. Considering the absence of actions or projects and permanent, involving the school community, as proposed by the National Policy in this area, limited only to some specific activities linked to the curriculum. Thus it was shown that the place of environmental education in school is still very nascent and it takes place the environmental education on the reality of the school, on the identity of the parties involved and be open to new attitudes that allow us to promote change. The promotion of sustainability in the school context, involving the management, the curriculum and the physical space, can promote changes in teaching and learning process and provide a better quality of life for the community.

Keywords: Environmental Crisis, Environmental Education, Sustainable Schools

## 6 REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federa. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm). Acesso em: 05 nov. 2014.

\_\_\_\_\_. Decreto 7.083, de 27 de janeiro de 2010. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/decreto/d7083.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7083.htm) Acesso em: 05 nov. 2014.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Fundamental. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental**. Disponível em: <http://mobile.cnte.org.br:8080/legislacao-externo/rest/lei/89/pdf>. Acesso em: 05 nov. 2014.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Política Nacional de Educação Ambiental**. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19795.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19795.htm). Acesso em: 05 jun. 2014.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: meio ambiente: saúde**. Brasília: Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental, 3 ed. 2001.

\_\_\_\_\_. **Plano Nacional sobre Mudança do clima**. Disponível em: [http://www.mma.gov.br/estruturas/smcq\\_climaticas/arquivos/plano\\_nacional\\_mudanca\\_clima.pdf](http://www.mma.gov.br/estruturas/smcq_climaticas/arquivos/plano_nacional_mudanca_clima.pdf). Acesso em: 15 nov. 2014.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Manual Escolas Sustentáveis. Disponível em: [http://pdeinterativo.mec.gov.br/escolasustentavel/manuais/Manual\\_Escolas\\_Sustentaveis\\_v%2005.07.2013.pdf](http://pdeinterativo.mec.gov.br/escolasustentavel/manuais/Manual_Escolas_Sustentaveis_v%2005.07.2013.pdf). Acesso em: 08 nov. 2014.

\_\_\_\_\_. **Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaoambiental/tratado.pdf>. Acesso em: 16 nov. 2014.

CANDAU, Vera Maria. **Reinventar a Escola**. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes. 2013.

CARVALHO, Isabel Cristina Moura. O sujeito Ecológico: a formação de novas identidades culturais e a escola. In: PERNANBUCO, Marta Maria; PAIVA, Irene Alves de.(Orgs.) **Práticas Coletivas na Escola**. Campinas, São Paulo: Mercado das Letras; Natal, RN: UFRN, 2013.

FREIRE, Ana Maria. **Educação para a Sustentabilidade:** Implicações para o Currículo Escolar e para a Formação de Professores. In: Revista Pesquisa em Educação Ambiental. Vol. 2, n.1 – 2007. pp, 141-154.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** 43ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

GALIAZZI, Maria do Carmo; FREITAS, José Vicente. **Metodologias Emergentes de Pesquisa em Educação Ambiental.** 2º ed. Ijuí: Editora Umijuí, 2007.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

JACOBI, Pedro. **Educação Ambiental, Cidadania e Sustentabilidade.** In: Cadernos de Pesquisa, nº 118. Março/2003. p. 189-205. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/n118/16834.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2014.

LEFF, Enrique. **A complexidade ambiental.** Tradução Eliete Wolff. – São Paulo: Cortez, 2003.

LIMA, Gustavo Ferreira da Costa. **O discurso da sustentabilidade e suas implicações para e educação.** In: Ambiente & Sociedade – Vol. VI nº. 2 jul./dez. 2003.

\_\_\_\_\_. **Educação Ambiental no Brasil:** formação, identidade e desafios. Carpina, Papyrus, 2011.

LOUREIRO, Carlos Frederico B. **Mundialização do Capital, Sustentabilidade Democrática e Políticas Públicas:** Problematizando os Caminhos da Educação Ambiental. In: Revista Ambiente & Educação | vol. 14| 2009. Disponível em: <http://www.seer.furg.br/remea/article/view/2818/1578>. Acesso em: 13 set. 2014.

MARTINEZ, Paulo Henrique. **História ambiental no Brasil:** pesquisa e ensino. v. 130. São Paulo: Cortez, 2006.

PEQUENO, Maria Gorete Cavalcante. **Formação Docente e Educação Ambiental no contexto da Educação Básica: por uma Pedagogia do Cuidado.** In: XXII Encontro de Pesquisa em Educação do Norte e Nordeste - Pós-graduação em educação do Norte e Nordeste: produção de conhecimento, assimetrias e desafios regionais, Anais... Rio Grande do Norte, 2014.

RODRIGUES, Luciene Dadia. Conhecimentos e ressignificação: a prática Pedagógica em educação ambiental. In: André Baggio e Valdo Barcelos (Orgs). **Educação ambiental e complexidade** - entre pensamentos e ações. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2008. p.171-185.

TRAJBER, Rachel; SATO, Michéle. **Escolas Sustentáveis:** incubadoras de transformações na comunidade. In: Revista eletrônica Mestrado em Educação Ambiental. V. especial, setembro/2010.

TRISTÃO, Marta. **Saberes e fazeres da educação ambiental no cotidiano escolar.** In: Revista brasileira de educação ambiental. - n. 0. Brasília: Rede Brasileira de Educação Ambiental, 2004. p. 47-55.

TRISTÃO, Marta; JACOBI, Pedro Roberto. A Educação Ambiental e os movimentos de um campo de pesquisa: entre, através e além do ambientalismo e da educação. In: TRISTÃO, Marta; JACOBI, Pedro Roberto (Orgs.). **Educação Ambiental e os movimentos de um campo de pesquisa.** São Paulo: Annablume, 2010.

# Apêndice



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAIBA  
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE PEDAGOGIA

PROJETO DE PESQUISA: PENSANDO O LUGAR DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA  
ESCOLA COMO FORMA DE PROMOVER PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS

ALUNA: ANA KATARINA FERNANDES PAULINO

PROFESSORA: MARIA GORETE CAVALCANTE PEQUENO

### **Questionário**

#### **1- Identificação**

Formação: \_\_\_\_\_

Faixa etária: \_\_\_\_\_

Tempo de serviço: \_\_\_\_\_

Trabalha em outras escolas: \_\_\_\_\_

Há quanto tempo leciona: \_\_\_\_\_

Efetivo/a ou contratado/a: \_\_\_\_\_

**2- A Educação Ambiental faz parte do currículo da escola? Como?**

---

---

---

---

---

---

---

---

**3- Você trabalha a Educação Ambiental no cotidiano da sala de aula? Dê exemplos de algumas atividades que desenvolve ou já desenvolveu nessa área.**

---

---

---

---

---

---

---

---

Obrigada pela sua colaboração!